

Projeto que restitui direitos políticos de Collor está irregular

45 SET 1997

Ao invés de um milhão de assinaturas, proposta teria, no máximo, 70 mil

• BRASÍLIA. O arquivo é o destino mais provável do projeto de iniciativa popular que propõe o restabelecimento dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, cassados pelo impeachment de 1992. O projeto foi entregue na Câmara, na última quinta-feira, pela professora aposentada Míriam Britto Gouveia — presidente do Movimento Desperta Brasil — e por dois integrantes da antiga tropa de choque de Collor, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e o ex-senador Ney Maranhão. Mas a Secretaria-Geral da Mesa encontrou ontem uma irregularidade que é suficiente para que a iniciativa sequer seja apreciada: a proposta não conta com um milhão de assinaturas de eleitores de pelo menos cinco estados do país, conforme exige a Constituição.

Há folhas fotocopiadas que podem estar repetidas

As assinaturas não passam de 70 mil assinaturas. E só chegam a esse número se nos 13 pacotes, que empilhados não alcançam meio metro de altura, houver só assinaturas em todas as folhas. Mas pelo menos num dos embrulhos, havia até cartas de próprio punho, dando a impressão de que na hora de entregar as assinaturas, a preocupação foi fazer volume. Outra dificuldade é que muitas das folhas são fotocopiadas e podem estar repetidas. Além disso, as assinaturas não foram feitas no formulário padronizado, não identificam as localidades onde elas teriam sido recolhidas e não chegaram acompanhadas de atestado da Justiça Eleitoral. ■